

Integração de alunos deficientes sob o ponto de vista do diretor de escola

Maria Izabel Janial
Eduardo José Manzini

Como citar: JANIAL, M. I.; MANZINI, E. J. Integração de alunos deficientes sob o ponto de vista do diretor de escola. *In:* MANZINI, E. J. (org.). **Integração do aluno com deficiência: Perspectiva e prática pedagógica.** Marília: Unesp Marília Publicações, 1999. p. 1-26. DOI:

<https://10.36311/1999.978-85-86738-07-7.p1-26>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

INTEGRAÇÃO DE ALUNOS DEFICIENTES SOB O PONTO DE VISTA DO DIRETOR DE ESCOLA¹

Maria Izabel JANIAL²

Eduardo José MANZINI³

*“Um sonho que sonha só, é só um sonho;
um sonho que se sonha junto, é realidade.”*

O tema integração tem sido objeto de discussão entre professores e outros profissionais da educação. Os resultados dessas discussões apontam para diversos caminhos e possíveis soluções sem que, no entanto, haja um consenso sobre o que é essa integração.

Segundo Fonseca (1995) só se pode falar de integração quando há uma efetiva interação entre deficientes e não deficientes. Os programas de ensino especial devem estar compatibilizados com os do ensino regular; faz-se necessário o convívio social entre os alunos, professores e demais profissionais da escola; e a participação da família é importante nesse processo.

Para Casarin (1997) a integração da pessoa portadora de deficiência significa torná-la parte integrante da sociedade. Deve-se começar pela aceitação da condição deficiente e não com uma tentativa de normalização. A integração é um processo complexo que envolve a adaptação de todas as partes: população geral, profissionais, familiares e da própria pessoa a ser integrada.

¹ Trabalho final apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial. Unesp/Proesp/Capes.

² Diretora aposentada da rede Estadual de Ensino de São Paulo.

³ Docente do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP - Campus de Marília e orientador da pesquisa.

Glat (1995) lembra algumas das dificuldades apontadas para que integração de alunos portadores de deficiências no ensino regular se efetive. Entre elas estão o despreparo profissional, o número excessivo de alunos nas salas de aula, as dificuldades de aprendizagem, a questão da avaliação, a descontinuidade dos programas, as mudanças de governo, os baixos salários, as salas de aula sem condições de trabalho.

Termos como normalização e inclusão têm sido utilizados com conotações semelhantes.

Normalização, para Schwartzman (1997), tem sido um termo utilizado para identificar uma série de ações que propiciariam ao indivíduo portador de deficiência as mesmas oportunidades que são oferecidas aos indivíduos tidos como normais. O autor faz restrições ao uso do termo com receio que seja utilizado com a conotação de transformar o indivíduo portador de deficiência em um indivíduo normal.

A UNESCO, em junho de 1994, realizou em Salamanca, Espanha, um grande Congresso sobre Educação para Todos onde ficou indicada a "inclusão" de crianças portadoras de deficiências em escolas comuns, como sendo uma meta a ser alcançada mundialmente.

Para Mantoan (1997) a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém de fora do ensino regular. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentem dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades.

A classe especial da rede estadual tem sido considerada por alguns estudiosos um recurso segregativo por não estar cumprindo a função de favorecer o desenvolvimento das potencialidades do aluno.

Machado (1997) constatou que a sistemática de avaliação e encaminhamento dos alunos de classe regular para a classe especial é precária. O encaminhamento dos alunos da classe regular é realizado

quando esses apresentam problemas de aprendizagem e de comportamento; o princípio de integração torna-se um mito, pois os critérios de diagnóstico revelam a prática da segregação; a prática pedagógica é descontextualizada e não considera a realidade sociocultural do aluno.

Omote (1997) considera a classe especial uma importante conquista de todos aqueles que lutam pela educação de pessoas deficientes, pois propicia a oportunidade de trazer para a escola crianças que sem esse recurso estariam do lado de fora. Considera um equívoco eliminar o próprio recurso quando a má utilização é que deveria ser combatida.

Para o autor, a perversa realidade econômica do país impõe condições de subsistência tão precárias que as pessoas consideradas não deficientes também não estão integradas em diversas situações importantes da vida coletiva; não participam das principais atividades significativas da coletividade, no exercício pleno da sua cidadania. O deficiente deve ser instrumentalizado para ter consciência da sua condição social e lutar para conquistar melhores condições sociais de vida.

Pensando nessas questões, sobre a escola e o processo de integração iminente, poderíamos indicar um importante ponto a ser investigado: o papel do diretor na escola comum.

Sem dúvida, o diretor de escola possui um papel fundamental no processo de integração. O diretor é uma das pessoas da comunidade escolar que detêm o poder de decisão, de desobstruir ou colocar barreiras no processo de entrada do aluno deficiente na escola. Seus valores, concepções, sentimentos e informações sobre ensino, integração e deficiência são fundamentais para ações concretas que visam integrar alunos no ensino comum.

Nesse sentido, desenvolvemos o presente estudo, cujo objetivo foi investigar a concepção que o diretor de escola de ensino público tem sobre o tema integração.

Para atingir esse objetivo participaram da pesquisa dez diretores de escola de uma cidade do interior do Estado de São Paulo,

sendo três do sexo masculino e sete do sexo feminino. A faixa etária foi compreendida entre 32 e 50 anos. Desses dez diretores, nove eram efetivos concursados e um era substituto. O tempo de exercício na função variou entre quatro e dezoito anos.

Os diretores foram selecionados aleatoriamente. O critério usado estabelecia que os dez primeiros que aceitassem ser entrevistados seriam os sujeitos da pesquisa.

O contato inicial com os diretores foi por meio de ligação telefônica. Três diretores não aceitaram realizar a entrevista alegando a ausência de classes especiais em sua unidade escolar. Outros dois diretores não aceitaram justificando não possuir tempo disponível para a entrevista. Alguns diretores que aceitaram participar da entrevista solicitaram informações sobre o teor da entrevista antecipadamente.

Para a realização das entrevistas, construímos um roteiro com seis questões que abordaram aspectos sobre preparação dos professores da escola, contribuições administrativas no processo de integração e três perguntas que tentavam investigar a concepção dos sujeitos sobre o processo de integração. As entrevistas foram gravadas e tiveram duração entre trinta e cinquenta minutos. Em sete entrevistas, o local designado foi a própria escola; duas outras ocorreram na Delegacia de Ensino e uma na residência de um dos sujeitos.

Após a leitura das transcrições das fitas, procuramos identificar informações significativas para o objetivo proposto, e selecionamos unidades de análise que constituíram temas relevantes nesta pesquisa.

Temas identificados

Analisando as verbalizações, chegamos a um conjunto de temas que revelaram: as concepções do Diretor de Escola sobre a integração e a deficiência; as experiências relevantes na integração; os procedimentos de ordem administrativa e pedagógica; os critérios utilizados para a integração; as dificuldades encontradas por falta de equipamentos e materiais pedagógicos; as dificuldades no preparo do professor; as dificuldades no ambiente físico; as dificuldades na

estrutura de apoio da escola, na família e as dificuldades decorrentes da própria deficiência. A seguir, passaremos a apresentar cada um dos temas identificados.

Concepção de integração

Analisando as verbalizações, pudemos constatar que alguns diretores consideram a Escola como lugar onde o deficiente pode se relacionar, se preparar para viver em sociedade, embora haja limitações. Consideram a sala de aula comum o lugar ideal para o deficiente se desenvolver, apesar do preconceito inicial. Reforçam a importância de não separar, não discriminar:

Que é o lugar onde (sala comum) ela possa se relacionar melhor, possa integrar melhor. (S1)

Eu acho que isso ajudaria a criança a se socializar e se preparar para viver em sociedade embora ele tenha limitações dela, mas ela vai conseguir se desenvolver muito mais estando na classe comum. (S8)

Para mim é normal porque a gente trabalha com as crianças deficientes auditivas e elas já estão integradas nas salas comuns, então o trabalho com elas para mim é perfeitamente viável. (S3)

É uma medida que ajuda essa criança no sentido de não discriminar, de não estar separando. Eu acho que no primeiro momento é difícil. Existe um preconceito inicial, mas isso dá para trabalhar, as crianças passam a ver com naturalidade aquilo. (S7)

Alguns diretores vêem a escola como fator de integração mais global, como uma maneira de formar o cidadão para viver com o diferente, para formação da personalidade, para promover a participação:

Eu acho porque a formação do caráter da criança, da personalidade da criança criada normal como esse deficiente é até mais trabalhoso porque a própria criança se sente deficiente, porque vê que outras crianças podem correr e ela não pode, os outros têm facilidade de enxergar e eles não têm, então ela mesma... você entende? Você já tem que trabalhar essa criança, incentivar ela a participar, dar atividades para que ela faça, para que ela possa se sentir integrada. E é muito importante porque se ela se sente assim, então a integração na sociedade

fica bem mais facilitada, porque ela não vai se sentir uma pessoa rejeitada né, se for, a criança crescendo sem haver essa preocupação de integração com as demais crianças, certamente, tranqüilamente essa criança terá problemas para se integrar na sociedade (S1)

Eu acredito que eles se sentem integrados, eles não se sentem diferentes, Sabe... então isso dá, facilita a vida dele lá fora também né, porque se ele não se enxergar como um diferente ...(S6)

... um dos objetivos maior do ensino é justamente integrar esse aluno na sociedade e começa pela escola porque se na própria escola não há essa integração, dificilmente tem essa integração na sociedade. Então ver esse deficiente como pessoa normal, igual a todo mundo só que com um tratamento diferente, um apoio diferente. (S6)

Há ainda Diretores que vêem necessidade da classe especial para crianças com deficiência, bem como a frequência em sala de aula comum com crianças normais. Tais diretores discordam do marketing em massa que está ocorrendo em torno da integração.

...essa integração não pode ser como a gente vê na propaganda da TV: "agora você tem um amiguinho diferente na sala de aula" porque para mim passa uma idéia de que a classe especial não é necessária. Eu vejo que a classe especial é fundamental porque quando o aluno vai para classe regular, ele vai junto com outros colegas para se integrar, fazer a socialização. A classe especial é necessária porque vai dar o suporte necessário para ele. (S3)

então eu acredito que o aluno com necessidades especiais deve freqüentar as duas classes: a classe especial e a classe comum. (S3)

Outros diretores consideram a classe especial um tanto limitadora, tirando o direito da convivência com crianças normais.

Eu entendo que sim, porque se ele está numa classe, uma comparação por exemplo, se ela está numa classe, numa sala especial para deficientes, o mundo dela está restrito ali. O que ela tem? Ela tem o mundo dela que é a escola. Se ela está restrita a fazer, a participar, a conviver com crianças iguais a ela, será que não está sendo tirada a chance dessa criança conviver com a sociedade de maneira normal, como se convive em qualquer lugar? Então bem, dentro da escola ajudaria muito no desenvolvimento dele. Há necessidade de integrar

“ele” dentro de uma classe comum e dar assistência a ele. Isso seria o ideal.(S8)

Podemos constatar pelos discursos dos diretores que, apesar de haver uma política clara por parte dos órgãos governamentais que defendem a inclusão, não existe um consenso na prática pedagógica sobre o melhor lugar para atender a criança com deficiência. Como salienta Omote (1997), a integração é compreendida pelos profissionais e estudiosos da área de Educação Especial como a participação da criança deficiente nas principais atividades que as crianças comuns participam, permitindo-lhes o exercício pleno da cidadania. Porém, considera a classe especial uma importante conquista de todos os que lutam pela educação de pessoas deficientes, tendo a função de trazer para a escola crianças que, sem esse recurso, estariam do lado de fora da mesma. A separação física, para Omote (1997), não significa necessariamente segregação, assim como a proximidade física não é garantia de integração.

Concepção de deficiência

Analisando as verbalizações, um dos aspectos mencionados é a cautela que se propõe ao tratar o deficiente para que ele não se sinta um deficiente.

A gente vai com certa cautela também, porque a gente tem que fazer de tudo para que um aluno deficiente não se sinta deficiente, entendeu? A partir do momento que ele se sentir como os outros, aí, então, a realização dele é muito maior. Não, nenhum trauma, não há né. (S1)

Essa concepção parece demonstrar que a forma de abordar o aluno deficiente é que deve ser trabalhada na escola. Assim, ele é deficiente e essa qualidade não deve ser negada, mas a forma de lidar com ele deve ser diferenciada. Nessa concepção, a deficiência é ainda um estado interno, um sentimento.

Outro ponto levantado é a necessidade de um profissional especializado que dê assistência na área específica da deficiência trabalhada.

Porque essas crianças precisam ser bem mais orientadas, bem mais preparadas porque são...não conseguem tomar decisões de uma criança

que não tenha problemas. Elas têm que ser bem especiais! Não sei se deveria colocar em classe especial, mas elas têm que ter um atendimento especial. (S5)

Também nessa concepção percebe-se que o deficiente tem problema e é diferente dos outros alunos e a solução é um profissional externo à sala de aula. O sujeito 5 indica a necessidade de orientação e preparo dos profissionais e um atendimento especial à criança deficiente.

Mas esse aluno, ele vai precisar mais do que isso, ele vai precisar de um profissional específico da área dela para fazer o acompanhamento, então se for um deficiente físico, auditivo, visual, não importa o tipo de deficiência. Ele vai precisar de um profissional especializado que dê a assistência para ele nessa área e isso pode ser paralelo à escola. (S8)

Percebe-se nessas verbalizações que integração do aluno deficiente só ocorrerá com a ajuda externa; essa ajuda não viria na forma de auxílio ao professor, mas em auxílio ao aluno com deficiência.

Experiências relevantes na Integração

Analisando as verbalizações dos diretores sobre experiências relevantes na integração, pudemos obter informações de experiências significativas na integração de crianças deficientes nas escolas onde há classes especiais para deficientes. Algumas escolas já possuem um grande número de crianças portadoras de deficiências freqüentando classes regulares. Os diretores dessa escola consideram uma experiência boa e válida.

Vou falar a partir da realidade da nossa escola. Essa escola tem um número grande de crianças portadoras de deficiência freqüentando classes regulares. A gente tem incentivado isso, a gente percebe segundo as entidades comentam, principalmente a Lumen et Fides que mandam bastante crianças para cá uma vez que elas não têm classes especiais lá, classe especial e regular. (S2)

Também é relatada a colocação de crianças no mercado de trabalho com acompanhamento constante da escola através de reforço como atendimento especial.

Aqui tem sido um trabalho sério nesse sentido. A gente integrou crianças não só na rede como também no mercado de trabalho. Tem criança que já trabalhou, desempenhou função como mecânico, outros já estão integrados na rede escolar, alguns já terminaram o ensino fundamental. (S2)

Há ainda o relato de atendimento aos deficientes visuais em uma das unidades escolares abrangendo um grande número de alunos oriundos das regiões próximas de onde o atendimento é realizado.

Nós temos crianças esparramadas pela cidade ou melhor pela região inteira, porque atendemos desde Venceslau, Rancharia, Martinópolis, Pirapozinho e Bernardes. É a única escola desta região toda que atende os alunos deficientes visuais. (S6)

A integração em horário de recreio também foi observada pelos diretores.

Aqui na escola eu acho que eles estão bem integrados, eles freqüentam a classe especial e fazem intervalo juntos com a classe comum. Como eles ficam o dia inteiro, eles chegam, tomam a merenda de manhã com todos os alunos, almoçam, tomam a merenda de novo, brincam; às vezes mesmo sendo surdos, a gente coloca música no pátio, eles vêm as outras crianças dançando e eles vão dançar juntos. (S3)

Verifiquei assim uma experiência no próprio recreio. As crianças saem e brincam com os alunos das classes regulares. A criança se integra de uma maneira assim muito boa com os alunos das classes regulares. Isso é bom porque o aluno vai se adequando e vai crescendo e depois participa lá fora na sociedade de uma maneira mais integradora. (S3)

Segundo os diretores, o bom atendimento nas unidades que possuem salas especiais se deve ao espaço físico, à colaboração e à dedicação dos professores e funcionários que trabalham com os alunos deficientes.

Então a gente tem que aceitar uma vez que a escola é, tem, oferece espaço físico adequado... essa escola é um único compartimento, não tem dois andares, não tem que subir escada... É uma escola feita para crianças mesmo... daí eu acho que crianças com esse tipo de problemas procurem aqui pela facilidade de locomoção e também certa disponibilidade de alguns professores em colaborar. A gente aceita em

comum acordo com o professor, não adianta a gente aceitar e o professor não querer trabalhar. (S2)

Aqui tem sido um trabalho sério nesse sentido. A gente integrou crianças não só na rede como também no mercado de trabalho. Tem criança que já trabalhou, desempenhou função como mecânico, outros já estão integrados na rede escolar, alguns já terminaram o ensino fundamental. (S2)

Aqui os funcionários vão aprendendo na prática a se comunicar com os alunos com necessidades especiais e hoje eles se comunicam muito bem. Os nossos funcionários têm oito anos, dez anos de casa. A mais nova tem três ou quatro anos, já aprendeu a trabalhar na prática. (S3)

As verbalizações dos diretores sobre experiências relevantes na integração traduzem concepções variadas sobre o assunto. Alunos agrupados no interior de uma classe especial em uma escola regular assim como alunos integrados em uma classe comum são considerados como processos de integração.

Alguns diretores consideram a socialização como elemento fundamental da integração. Como exemplo temos “Eu tenho observado, eu tive caso, por exemplo, de aluno com deficiência visual, então o professor, entendeu, ele está recebendo o aluno mais para trabalhar a parte da socialização.”(S1)

Toda ação ou integração realizada em diferentes situações na escola visando facilitar um processo dinâmico de participação é considerada integração.

Uma reflexão mais profunda sobre o conceito de integração e como se processa a integração poderia nos dar uma idéia se o que ocorre nas escolas é realmente “integração”.

Para D’Antino (1997) pode-se pensar a integração sob duas dimensões: a dimensão individual e a dimensão social.. O processo de integração pode e deve ser construído. Para o sujeito poder integrar-se há um longo caminho a ser percorrido, caminho esse que depende da qualidade das relações estabelecidas entre a criança e o grupo familiar, escola e comunidade. É um processo bilateral que pressupõe participação

e ação partilhada, ponto de convergência do processo educacional para qual as ações e relações deveriam estar dirigidas.

Para Monteiro (1997), a integração da criança especial no chamado ensino regular ou escola comum tem sido um dos maiores desafios da Educação Especial no mundo inteiro.

Nos estudos de Cooke, Apolloni e Cooke (in: Montero, 1977) observou-se que a colocação de indivíduos normais e especiais no mesmo ambiente não é suficiente para que ocorra imitação ou interação entre eles. São necessários programas especiais para que isto ocorra.

Para Monteiro (1997), a integração não pode depender da boa vontade de professores, pais e alunos. É preciso que a educação comum e/ou especial assumam uma postura de mudança geral das práticas educacionais discriminatórias.

Critérios para a integração

Constatamos que não há um momento preestabelecido para a integração, em salas comuns, de alunos que frequentam a classe especial. Segundo os diretores, é preciso observar o grau de deficiência dos alunos e sua evolução no processo de ensino-aprendizagem, antes de serem transferidos para as classes regulares.

Então depende do grau de deficiência eu acho que a criança deve permanecer na escola. (S1)

Eu acho que essa criança deve estar na sala de aula desde que fosse observado o grau de deficiência. (S1)

Na medida em que as crianças vão apresentando uma certa evolução no processo ensino-aprendizagem, eles vão sendo transferidos para as classes regulares e depois se por acaso não conseguirem reter os conhecimentos ministrados nas classes normais eles voltam para as classes especiais. (S4)

Constatamos pelos relatos, que a concepção sobre a prática de integração parece ocorrer de dentro para dentro, ou seja, da classe especial o aluno vai para o ensino regular, ou pode, esse mesmo aluno, voltar para o ensino especial. Porém podemos questionar se também os

alunos de classe especial não foram recrutados dentro da própria escola. Sobre este ponto, Omote (1997) considera a classe especial um recurso que pode estar sendo mal empregado, pois a clientela é recrutada preferencialmente entre os alunos que já estão freqüentando a escola. O encaminhamento à classe especial, para ele, pode estar orientado por critérios que não refletem necessariamente alguma necessidade especial do aluno que não possa ser atendida no contexto do ensino comum e, muitas vezes, esse encaminhamento parece atender a interesses estranhos às necessidades dos alunos.

Procedimentos de ordem pedagógica

Através das verbalizações dos diretores de escola, pudemos constatar que alguns procedimentos de ordem pedagógica têm auxiliado a integração das crianças portadoras de deficiência, como a participação da criança com deficiência em todas as atividades da escola; a confecção de recursos materiais necessários; a troca de experiências e informações entre os professores da classe especial e os das classes comuns; revisão da proposta de avaliação das crianças com deficiência. Os exemplos a seguir ilustram esses dados:

Então é um trabalho feito até em conjunto, feito com o professor da classe especial e o da classe comum (S1)

A gente mostra que ele tem que ser avaliado de outra maneira. Esse aluno não pode ser avaliado com os mesmos parâmetros dos outros alunos da classe e parece me que os colegas já estão aceitando. (S10)

Até mesmo recursos materiais necessários e enfim uma série de coisas que dá para se fazer só se predispor a fazer que às vezes nem é tão difícil, mas que daria para estar socorrendo na medida das necessidades que fossem se apresentando e a gente socorrendo na medida em que elas apareçam. (S2)

Podemos constatar que os diretores não possuem muita experiência em procedimentos que garantam a integração. Talvez o envolvimento de professores na pesquisa pudesse melhor esclarecer os procedimentos de ordem pedagógica.

Procedimentos Administrativos

Pudemos constatar, através das verbalizações dos diretores de escola, alguns procedimentos administrativos adotados nas escolas para que o processo ensino-aprendizagem e a integração ocorressem de modo satisfatório.

Um desses procedimentos foi a adaptação do ambiente escolar para facilitar o acesso da criança deficiente: banheiros, pátio, escolha da sala de aula para não separar classes especiais de classes comuns;

Então aqui a gente trabalha primeiro, no momento por exemplo de essa sala para a classe especial a gente toma cuidado de que essa classe ficasse junto com as demais classes, certo. (S1)

E como a filha dele estudava aqui praticamente ele adequou a escola à essa realidade, inclusive os banheiros. Não sei se o banheiro tem rampas mas se não... é difícil acesso. (S2)

A adequação de materiais e equipamentos necessários ao ensino de deficiente auditivo, bem como ações políticas de denúncia do mau atendimento foram relatadas pelos diretores:

Fizemos denúncias através do jornal, televisão. Comuniquei à Dirigente Regional de Ensino, comunicamos à Secretaria. O Estado não tem fornecido equipamentos. (S2)

A gente lutou para que cada criança tivesse o aparelho individual e a gente tem lutado para comprar as pilhas, tem criança que não tem condições de comprar as pilhas para que elas ouçam alguma coisa, já que eles não têm outro equipamento, que seria um equipamento específico né. (S2)

Parece que outra ação necessária refere-se à avaliação da criança deficiente. Segundo um dos diretores, houve necessidade de encaminhamento de alunos para avaliação em instituições como a APAE e ARCO-ÍRIS. As avaliações parecem serem necessárias para o encaminhamento da criança para serviços especializados e não para encaminhamento do aluno para a classe comum. Fica claro nos relatos que o aluno diferente incomoda o professor. Esses dados nos revelam a

precariedade dos serviços dessa natureza pela rede de ensino pública. A seguir apresentamos alguns relatos.

Ele cobra da direção uma avaliação para que esse aluno vá para uma classe especial. (S5)

Nós temos que levar essa criança para uma avaliação e tirá-la rapidamente da sala porque na sala ele incomoda o professor. (S5)

Nós temos 6 a 7 alunos que exigem que se faça uma avaliação fora, ou na APAE ou ARCO-ÍRIS com pessoal especializado que os avaliem porque o professor não está conseguindo dar atendimento adequado. (S5)

Um dos diretores indicou a promoção de campanhas de conscientização buscando solidariedade e o combate ao preconceito.

É a predisposição em fazer, promover campanhas de conscientização, de auxílio mesmo, a eliminar possíveis falhas que costumam, os obstáculos que possam estar atrapalhando essas crianças. (S6)

Outro diretor indicou a necessidade de ações integradoras com a participação de todas as crianças da escola:

Eu montaria ações integradoras de maneira assim: excursões, fazer certas atividades na escola de maneira que todos os alunos participem com os alunos das classes regulares. A gente faz o máximo possível para poder colaborar no aspecto da integração desses alunos na escola e no âmbito da comunidade. (S4)

Dificuldades decorrentes da deficiência

Dentre as dificuldades decorrentes da deficiência, um dos diretores aponta a locomoção do deficiente físico por causa do excesso de peso; outro aponta atividades diferenciadas como causas da indisciplina na sala de aula por considerar que o deficiente se sente discriminado com isso; dificuldades de comunicação também são consideradas como geradoras de indisciplina; problemas com relação à sexualidade e dificuldades de assimilação dos conteúdos trabalhados nas séries iniciais são citados.

Para Schwartzman (1997), determinar, por força da lei, que crianças com necessidades especiais sejam absorvidas pelo nosso sistema regular de ensino é uma solução fácil e ilusória para a educação especial. Os professores do ensino regular não têm sido preparados para lidar com diferenças acentuadas, pois se forem excessivas trarão como conseqüência a marginalização dos alunos. Pretender que indivíduos portadores de limitações intelectuais moderadas ou severas se beneficiem dos mesmos programas, métodos e materiais para crianças normais é deixar de levar em consideração que a diferença é mais do que quantitativa; eles necessitam de programas e materiais didáticos específicos para as suas necessidades. Alguns portadores de deficiências auditivas poderão ser facilmente absorvidos no sistema escolar regular, enquanto que outros necessitarão de um ambiente altamente diferenciado com utilização de equipamentos especializados adaptados às suas deficiências.

Dificuldades no preparo do professor

Ao analisarmos as verbalizações dos diretores sobre o preparo dos professores, todos relataram que os professores não estão preparados para trabalhar com o aluno especial dentro da sala de aula comum. Dentre as dificuldades, apontaram:

- Os professores não possuem conhecimento específicos nas áreas das deficiências;
- Não há na escola profissionais que avaliem a criança com dificuldades;
- Classes com trinta a trinta e cinco alunos dificultam o atendimento de crianças com dificuldades;
- Não há assessoria dos órgãos superiores;
- O professor não se sente preparado para trabalhar com crianças portadoras de deficiências.

A seguir apresentamos algumas verbalizações:

Olha, acho que precisamos ser educadores para esse tipo de trabalho, nós não temos preparo. Tudo que fazemos aqui é por ensaio e erro. É no dia a dia que nós aprendemos, par nós deveria ser mais fácil porque já temos classe especial. Mas não temos orientação da Delegacia de Ensino, nem para a própria professora da classe especial, são pouquíssimas as orientações, os cursos. (S10)

Realmente eles não estão preparados, acho que a escola como um todo não está. Então eu sinto que tem muitas dificuldades para o professor, para os funcionários da escola. Existe boa vontade, mas preparo não! (S7)

O professor precisaria de curso de formação para trabalhar com essa classe especial. Ele se assusta muito com o aluno que tem problemas, ele acha que não vai conseguir, e que as deficiência é dele e muitas vezes, o professor não está preparado mesmo e outra coisa, as classes são lotadas. Tem trinta a trinta e cinco alunos. Este ano tem uma classe com menos alunos e hoje com vinte e oito e o professor reclama porque não tem como dar atenção individual. (S5)

Preparado ele não está e nem foi. Ele aprende na prática o que é um esforço pessoal e depende muito do professor querer. Ele não foi preparado em nenhum momento, nem em cursos de Magistério, cursos Normais de antigamente, nem Cefam eu acredito que prepare o professor para ter um aluno com necessidades especiais dentro da sala de aula, ele não está preparado, (S3)

Para Blanco e Duk (1997), oferecer ensino de qualidade para alunos com necessidades especiais depende da formação e do desenvolvimento profissional do professor e de outros profissionais envolvidos no atendimento desse alunos. Educar alunos portadores de deficiência é um trabalho complexo que requer constantes pesquisas sobre a natureza das necessidades educacionais que eles apresentem em consequência de suas deficiências. Portanto, é relevante rever a concepção da formação do professor de educação especial: objetivos, conteúdos, destinatários, modalidades que devem se orientar a partir de um enfoque que considere as dificuldades da aprendizagem e esteja voltado para as diretrizes educacionais e curriculares da educação regular. Todos os professores devem ter conhecimento mínimo sobre as deficiências e sobre a forma de organizar o ensino e o currículo para responder adequadamente às necessidades dos alunos.

Dificuldades por falta de equipamentos e materiais pedagógicos

A falta de equipamento foi indicada pelos diretores como uma outra dificuldade da escola ao trabalhar com o ensino do aluno da classe regular e com o aluno da classe especial. A seguir apresentamos alguns relatos:

Agora você imagina uma escola que não tem diretoria, que não tem sala de professor, que não tem almoxarifado, que não tem uma biblioteca, um laboratório, que não tem sala para instalar o kit tecnológico: televisão e vídeo. (S7)

Aqui na escola, essas classes de deficiente auditivo não poderiam funcionar se a gente fosse levar em conta os recursos materiais....O material que as crianças recebem é o que damos para todas as crianças: lápis, cadernos, borracha. Agora, eles precisariam de equipamentos especializados: microfones para a professora, fone de ouvido para cada criança e um equipamento que custa caro, agente já orçou. Esse equipamento custa R\$ 5.000,00. A escola não tem verbas para comprar esse equipamento, (S2)

Essas verbalizações, bem como as anteriores sobre o preparo do professor, nos indicam que há um descaso muito grande por parte das autoridades educacionais no atendimento aos deficientes. Há falta de equipamentos e materiais pedagógicos para o bom funcionamento dessas classes especiais. Não há microfones para a professora, fones de ouvido para cada criança. A escola não recebe verbas para a compra de equipamentos e os professores e a escola não estão preparados pedagogicamente para lidar com o aluno deficiente.

Diante desses fatos citados, poderíamos questionar: “Que educação de qualidade será oferecida aos alunos com necessidades especiais?” Não bastam discursos e legislações sobre a integração e o atendimento aos alunos deficientes; é preciso que haja ações consistentes e conscientes para superar a falta de investimento nessa área.

Dificuldades devido à família

Três diretores apontaram que uma das dificuldades no trabalho com o deficiente na escola é a família. A falta de informações, a resistência e a pouca participação dos pais nos problemas escolares foram indicados:

E a gente tem que chamar pais aqui, a gente sabe que a maioria vem de uma classe social com menos informações e os pais não têm esse preparo para lidar com isso (sexualidade). (S2)

A mãe com problemas sérios, quem..., alguém tinha que acompanhar essa mãe, então eu acompanhei e participei da entrevista. (S5)

Em primeiro lugar, o problema da deficiência, a gente tem observado muito, vai muito da família aceitar ou não. Quando a família percebe que existe realmente e cuida, então resolve-se o problema até com certa facilidade porque já começa quando ele está crescendo, mas quando há resistência pela família porque a família não aceita... Porque antes de mandar para uma avaliação a gente chama a família e esclarece dizendo porque não tem condições. (S1)

Para Blanco e Duk (1997), a participação dos pais das crianças deficientes no processo educacional de seus filhos pode contribuir muito para o seu adequado desenvolvimento. É fundamental a colaboração dos mesmos nas atividades da escola, no planejamento do currículo, apoiando a aprendizagem em casa e colaborando na observação do progresso de seus filhos. O comprometimento dos pais é o primeiro passo para a integração da criança no meio familiar e na comunidade. A participação dos pais é importante na primeira infância, pois são os principais educadores de seus filhos nessa faixa etária.

Dificuldades na estrutura de apoio escolar

Outra dificuldade indicada pelos diretores se refere à ausência de funcionários preparados para lidar com a criança com deficiência. Assim, indicaram como dificuldades dessa natureza:

- Não há pessoal preparado e responsável pela avaliação da criança que apresenta problemas para o encaminhamento para a classe especial e há dificuldades para inserir crianças em outras unidades escolares;

- O funcionários das escolas não estão preparados para lidar com alunos deficientes;
- Não há investimentos em relação à capacitação dos funcionários;
- Há déficit de funcionários nas escolas.

Os relatos a seguir exemplificam essas informações:

Eles têm reclamado muito que têm tido dificuldades de inserir essas crianças em outras escolas. Essas crianças portadoras de deficiência física necessitam que os pais ou alguém ajude na hora do intervalo. Eles vêm até aqui porque não temos funcionários para isso. (S2)

Pessoal de apoio não possuo, temos só o pessoal para atender toda a clientela, no meio disso eles ajudam essas crianças em especial, mas eles são...não dão problemas. (S2)

O nosso pessoal não é, ele foi se preparando na prática, não há cursos de orientação para esse pessoal, para inspetor de alunos, pessoal da secretaria, serventes. Não tem orientação para Inspetor de alunos para dizer: olha, vamos tratar os alunos.... Deveria ter um curso de relacionamento humano, não é verdade? Curso de relacionamento humano, curso para atualização não é... Então esse pessoal aqui aprende na prática a trabalhar com os alunos da classe especial. Eles poderiam ter tido uma orientação, uns cursos, umas reciclagens assim, durante uma vez por ano pelo menos. (S3)

O pessoal de apoio de modo geral não está preparado para lidar com alunos deficientes, mas as escolas, de modo geral, estão com déficit muito grande em relação a funcionários. Falta inspetor de alunos, além da deficiência em relação ao número de funcionários numa escola. (S6)

A gente tem servente e inspetor de alunos, aquele que é do módulo né, que não dá conta nem dos normais. Ele pode tentar ajudar, mas ele não está preparado. Ele precisa se preparar. (S7)

Eu acho que também teria que haver uma orientação técnica e cursos de capacitação para que se diminuam as falhas no tratamento dessas crianças. (S8)

Dificuldades no meio ambiente físico da escola

Nas verbalizações dos diretores sobre dificuldades no ambiente físico foi indicado pelos mesmos que:

- O prédio escolar foi construído em terreno com declives, possui escadas que dificultam a entrada de alunos com deficiência física;
- Não há rampas, a entrada principal possui escadarias;
- Não há banheiros adaptados;
- O prédio escolar possui três andares com muitas escadarias e, sendo assim, as matrículas dos deficientes físicos não são aceitas.

A seguir, apresentamos algumas verbalizações:

Existe porque o prédio, ele foi construído num terreno com declives muito acentuados. Por exemplo, a ida dele para o pátio fica dificultada porque nós temos uma escada de vários degraus e não tem como, se eu fizer uma rampa ali, ela vai até a porta da outra sala. Nós não temos assim, quer dizer, nós temos que fazer umas certas adaptações, como eu disse para você, temos que fazer uma rampa para possibilitar que o aluno que use cadeiras de rodas possa ir até o pátio. Não tem como trazê-lo. (S1)

Nosso prédio escolar possui barreiras, a entrada principal possui escadarias. O portão de entrada aos alunos tem uma rampa, mas para chegar até a sala de aula existem alguns degraus. A criança pode entrar pelos fundos, ali ele teria acesso ao pátio onde tem até uma rampinha...Mas para chegar até a sala de aula, teria que trabalhar só com o térreo e mesmo assim a escola teria que fazer algumas modificações porque tem escadas nos banheiros. Nós não temos banheiros que dêem para usar cadeiras de rodas, infelizmente não tem. (S3)

A escola na qual sou diretor, apresenta uma série de escadarias, inclusive teve uma época em que nós tínhamos deficientes e se não fosse a abnegação dos próprios colegas seria difícil transportar esses alunos para a sala de aula. (S4)

Agora os banheiros não são preparados. Não tem espaço para mexer com a cadeira de rodas, então é delicado. Eu acho que seria uma barreira assim... teria que haver uma reformulação, uma reforma no prédio ou criar um espaço para ele. (S5)

A maioria dos prédios não têm condições porque quase todos possuem escadas e isso dificulta muito esse trabalho. O deficiente mental nem tanto, não tem muita importância, o deficiente visual também não porque ele vai aprender a locomoção a até se ele encontrar algumas barreiras pela frente, isso vai favorecer o trabalho mais dentro do aspecto do deficiente físico realmente que precisa adaptar prédios. (S6)

Esta escola não é adequada ao deficiente físico, inclusive nós já tivemos que recusar alunos. Colocamos o problema para os pais, para a família, pois não temos rampas de acesso. Na reforma não foi possível, pois não existe espaço para fazer a rampa de acesso na entrada. O prédio de três andares tem muitas escadarias, não tem salas no subsolo, então não temos deficientes físicos aqui, só temos deficientes mentais.

Os dados nos indicam que as escolas não estão fisicamente preparadas para receber os alunos que portam determinados tipos de deficiências. As barreiras arquitetônicas reforçam e impedem ao aluno, portador de deficiência física, o direito à locomoção.

Propala-se uma educação para todos como meta prioritária governamental, mas a Educação Especial permanece isolada buscando mecanismos e estratégias para atender alunos com necessidades especiais.

Continuamos com o discurso da integração, mas na prática há muitos fatores de natureza segregacionista sendo as barreiras arquitetônicas um deles.

Conclusão

Os diretores de escola consideram a escola o lugar ideal para a criança se desenvolver; alguns consideram a classe especial discriminadora e vêem os momentos de integração nas interações que ocorrem no pátio, no recreio e nas atividades de lazer.

O bom atendimento nas unidades que possuem classes especiais é considerado um ato de dedicação dos professores envolvidos com os deficientes.

São consideradas experiências relevantes, o encaminhamento de crianças deficientes para o mercado de trabalho e também a absorção dessas crianças em salas comuns.

Na análise do diretor de escola, não há momentos preestabelecidos para a integração de alunos que freqüentam a classe especial em salas comuns. Não há equipes multidisciplinares para a avaliação do aluno, o professor da classe especial faz a avaliação através das atividades desenvolvidas pelos alunos e, em comum acordo com o professor da classe regular transfere-se o aluno.

Há vários procedimentos pedagógicos que têm auxiliado a equipe escolar na integração das crianças: participação dos deficientes em todas as atividades da escola, confecção de recursos materiais necessários, troca de experiências entre os professores, proposta de avaliação diferenciada para os alunos deficientes.

Procedimentos administrativos têm sido adotados para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de maneira satisfatória: contato com a família do deficiente, adequação do ambiente físico, aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos para os alunos, avaliação dos alunos em outras instituições que possuem pessoal especializado, campanhas de conscientização buscando eliminar o preconceito.

Nas verbalizações dos diretores, foram assinaladas as dificuldades na formação do professor que não possui conhecimentos específicos nas diversas áreas da deficiência, encontrando, portanto, dificuldades em trabalhar com essas crianças. Não há como oferecer ensino de qualidade se o professor não tem preparo e não há, por parte dos órgãos superiores, assessoria adequada para sanar essas dificuldades.

Faltam, nas escolas, equipamentos para as crianças deficientes auditivas e visuais e nem há verbas para a compra desses equipamentos.

Em relação à família, há falta de participação dos pais nos problemas dos filhos, não há acompanhamento, há falta de informações e "terceirização" dos filhos à escola.

Há também por parte do Estado um descaso com a escola pública: faltam funcionários e não há investimentos na capacitação de funcionários e professores. Esse mesmo descaso ocorre com o prédio escolar que não está adequado para receber alunos deficientes físicos. A maioria dos prédios possui escadas, banheiros inadequados; não há rampas, os pisos e os mobiliários (carteiras e cadeiras) são também inadequados aos deficientes.

A luta, portanto, em prol do deficiente deve vir acompanhada por uma luta pela melhoria da escola pública como um todo: condições das escolas, salas de aulas, formação do professor, funcionários suficientes, equipamentos adequados aos alunos, mobiliário adequado às diferentes faixas etárias e às diferentes deficiências.

Considerações finais

A integração da criança deficiente no sistema educacional é altamente desejável por todos os profissionais da escola. Para que isso seja uma realidade, é necessário vencer várias barreiras: pedagógicas, arquitetônicas e administrativas e as barreiras invisíveis que são o preconceito e o estigma.

A pequena parcela de crianças deficientes que consegue ingressar em escolas públicas não tem recebido atendimento qualificado. Os professores do ensino regular não têm sido preparados para a tarefa de lidar com esse tipo de criança e sem esse preparo, por melhor que seja o método utilizado pelo professor, as chances de sucesso são limitadas.

A integração da criança especial no ensino regular ou escola comum é um desafio. Embora tenhamos consciência da necessidade dessa integração não podemos avaliar os benefícios e dificuldades dessa interação.

As escolas e os professores têm poucos recursos e conhecimentos para garantir o sucesso e a permanência desses alunos na escola. Assistimos a vários esforços por parte das escolas, professores, e administradores da rede pública no sentido de assegurar esse direito

aos alunos deficientes, mas ainda precisamos de muitos esforços e estudos para mudar a situação atual da educação especial.

Não bastam, portanto, uma legislação e um novo rótulo: “crianças incluídas”. São necessárias ações e uma vontade política em todos os níveis para que a integração seja uma realidade nesse país.

O diretor de escola é a alma do projeto educacional da escola. Será através de uma ação coerente e lúcida que o processo realmente formativo poderá contrapor-se ao império da rotina e da burocracia.

Cabe ao diretor envolver toda a equipe da escola num processo contínuo de discussão e transformá-la em um verdadeiro centro de informações, debates e estudos. Só assim teremos a Escola que desejamos para a nossa sociedade, com um projeto educativo aberto, pluralista, democrático e de qualidade.

Referências Bibliográficas

- BLANCO, ROSA & DUK, CYNTHIA: A integração de alunos com necessidades especiais na América Latina e no Caribe : situação atual e perspectivas. In. MANTOAN, MARIA TERESA EGLER. **A Integração da Pessoa com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo; Memnon : Editora SENAC 1997 p. 184-195
- CASARIN, S, Reflexão sobre a integração social da pessoa deficiente. In. MANTOAN, M. T.E. **A Integração de pessoas com deficiência**: Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo : Memnon : Editora SENAC, 1997 p. 215-219
- D’ÀNTINO, M. E. F. A questão da integração do aluno com deficiência mental na escola regular. In: MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997, p. 97-103.
- FONSECA, V. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce. Uma introdução às idéias de Feurstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiências**: uma reflexão. Rio de Janeiro, 1995.
- MACHADO, L.B. Classes Especiais: integração ou segregação nº 19, p. 38-40 1997.

- MANTOAN, M. T. E. A inclusão escolar de deficientes mentais: contribuições para o debate. **Integração** nº 19, p. 50-56, 1997.
- MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. A interação de crianças com Síndrome de Down e outras crianças na pré-escola comum e especial. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.) *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon/Senac, 1997. p.109-112.
- OMOTE, S. **A integração do deficiente**: um pseudoproblema científico. XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 1997.
- SCHWARTZMAN, J. S.: Integração: do que e de quem estamos falando? In: MANTOAN, MARIA TERESA EGLER. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo ; Memnon Editora SENAC. 1997 p. 62-6.